

Pobreza e distribuição de renda no Brasil: 1960-1980 *

Guy Pfeffermann **

e Richard Webb ***

O artigo rejeita a afirmativa de que o desenvolvimento no Brasil não tenha beneficiado os pobres e que seu rápido crescimento tenha tido um efeito de polarização na distribuição de renda. Foi utilizado o Estudo Nacional de Despesa Familiar de 1974-75 para tentar quantificar a extensão da pobreza e a conclusão é que o nível de renda dos pobres foi subestimado no passado. As evidências sugerem também que as variáveis ocupacional e regional são determinantes poderosos na estratificação da renda. Estatísticas sobre o nível dos salários conduzem a informações a respeito da tendência de longo prazo na renda. O artigo observa aumento considerável nos salários rurais durante a década de 70, bem como aumento no nível de salários do setor urbano informal. Mudanças na estrutura do emprego foram provavelmente as causas mais poderosas do desenvolvimento econômico no Brasil. A enorme absorção de migrantes rurais ocorreu sem que houvesse um grande aumento nas categorias urbanas de mais baixa renda. Indicadores sociais e estatísticas referentes à propriedade de bens de consumo duráveis corroboram as evidências de renda e do mercado de trabalho, no sentido de que houve progresso considerável para os pobres durante os anos 70. Finalmente o artigo revê as evidências estatísticas baseadas em distribuições. Há poucas dúvidas quanto ao fato de que a distribuição de renda no Brasil é muito distorcida; no entanto, não é possível tirar conclusões a respeito de mudanças que poderiam ter ocorrido no grau de desigualdade ao longo do tempo. O artigo inclui dados sobre "distribuição de educação" e "distribuição na expectativa de vida" e observa um progresso ao longo do tempo em ambas.

1. Introdução; 2. O contexto geral; 3. A extensão da pobreza; 4. Tendência nas taxas de salário, emprego e variáveis selecionadas de bem-estar; 5. Distribuição.

1. Introdução

Este artigo recolheu material estatístico do censo de população de 1980. O item 2 descreve o contexto geral do desenvolvimento brasileiro desde 1960. O item 3 analisa a extensão da pobreza na metade dos anos 70. O item 4 lida com tendências nos salários, emprego e indicadores selecionados de bem-estar. O item 5 su-

* O artigo reflete os pontos de vista dos autores e não necessariamente os do Banco Mundial.

** Chefe dos economistas do Latin American & Caribbean Region – The World Bank.

*** Economista do Latin American & Caribbean Region – The World Bank.

maria brevemente a informação relacionada com a distribuição de renda: qual é a extensão da distorção e como se desenvolveu ao longo do tempo?

2. O contexto geral

Sendo o tema de distribuição de renda no Brasil mais freqüentemente colocado como um caso de “rápido crescimento com rápida concentração”, é útil estabelecer alguns fatos sobre o crescimento. Em primeiro lugar as taxas de crescimento têm-se alterado muito, variando de crescimento *per capita* negativo em três anos consecutivos (1963-65) a três anos consecutivos (1971-73) em que seu crescimento ultrapassou 8,5% ao ano. Ao mesmo tempo esta variação no crescimento real foi acompanhada por altas e também variáveis taxas de inflação. Em segundo lugar o crescimento anual *per capita* no PIB foi relativamente lento durante cerca de metade do período intercensitário. Entre 1962 e 1967 sua média foi de apenas 0,7%; para o período intercensitário como um todo, a média foi de aproximadamente 3%. Portanto, a década intercensitária (1960-70) não é um período conveniente para levantar questões sobre distribuição durante rápido crescimento. Começando em 1968, o produto *per capita* cresceu em torno de 8% ao ano até 1974 e se estabilizou em torno de 5% desde então. Muito acerca do debate sobre distribuição no Brasil foi realizado no início dos anos 70 e baseado em dados relativos aos anos 60, particularmente nos censos. O presente é, portanto, um momento oportuno para rever a relação de distribuição do crescimento sob os diversos contextos de crescimento dos períodos anterior e posterior a 1968.

Uma terceira faceta do recorde de crescimento é o admirável desempenho das safras agrícolas que cresceram à taxa de 7,6% ao ano entre 1955-65 e 12,4% ao ano entre 1966-77. O crescimento substancial na agricultura satisfaz a condição mais necessária para o desenvolvimento na renda rural. Além disto com a ajuda da migração maciça do campo para a cidade — que reduziu o aumento das famílias rurais para, no máximo, 0,6% ao ano — e de termos de troca favoráveis, estes ganhos de produção foram traduzidos num crescimento real considerável do valor adicionado por propriedade agrícola. Isto responde à questão de como os ganhos de produtividade foram distribuídos no setor agrícola.

É difícil avaliar a pobreza e a distribuição de renda no Brasil sem fazer referência ao grau considerável de diversidade social e econômica. Parte disto pode ser atribuída às diferentes origens de imigrantes, mas provavelmente os fatores mais poderosos são as diferenças ecológicas assim como a rapidez e a distribuição desigual de mudanças tecnológicas.

A não-observância desta diversidade é a razão fundamental de muitas simplificações excessivas sobre distribuição de renda e pobreza no Brasil. A população é freqüentemente reduzida a algumas categorias que se encaixam em teorias ou paradigmas, tais como: força de trabalho industrial, os nordestinos sem terra, executivos *senior*. Porém, as categorias de trabalhadores de fábricas e os nordestinos sem terra juntos somam apenas 12% da força de trabalho brasileira, enquanto que

o total da renda dos executivos *senior* é também uma pequena proporção do total da renda pessoal. A questão mais importante da renda e do emprego é deixada de lado nas discussões que se concentram nestas categorias. Por exemplo, no Nordeste existem tantos proprietários e trabalhadores autônomos em atividade não ligados à agricultura quanto famílias sem terra que trabalham em fazendas; o primeiro grupo está crescendo mais rapidamente em número e sua renda média é cerca do triplo da renda dos sem terra. Existem quase tantos empregados domésticos quanto trabalhadores em fábricas. Em 1974 o trabalho familiar em pequenas e médias fazendas somente na região sul (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) era tão grande quanto os empregos em todas as fábricas com 50 ou mais trabalhadores no Brasil e a renda total recebida por cada grupo era semelhante. Em 1976 havia duas vezes mais trabalhadores no governo e em serviços de bem-estar social que nas fábricas. As forças de mercado e as institucionais que afetam o nível de emprego e a renda, componentes geralmente negligenciadas da economia, são então a parte mais importante da história.

Finalmente não se pode examinar a pobreza e a distribuição de renda no Brasil sem observar o caráter altamente dinâmico e móvel da população e de sua economia. Em tal ambiente a atenção tradicionalmente dada a medidas de desigualdade estáticas ou *cross-section* precisa ser complementada com medidas que revelem a experiência de renda de indivíduos ou grupos ao longo do tempo. Esta mobilidade possui diversos aspectos, sendo o mais familiar a alta taxa de migração do campo para a cidade. Entre 1970 e 1980 a população do Brasil cresceu 28%. Enquanto a população urbana cresceu 55% a população rural decresceu 6%. Menos familiar é a extensão do movimento *dentro* das áreas rural e urbana bem como o retorno elevado da migração cidade-campo. Uma medida de toda esta mudança locacional é o censo estatístico de 1970 que mostra que 25% de todas as famílias tinham menos de dois anos de residência em sua morada de então. Outra é a extensão da rotatividade de força de trabalho: em 1970, 60% de todos os empregados em fábricas no estado de São Paulo (a amostra cobre principalmente firmas médias e grandes) estavam empregados há menos de dois anos em seus trabalhos de então. A extensão da rotatividade é relacionada com a faixa etária da força de trabalho: um em cada três trabalhadores tinha menos de 20 anos de idade. Um outro aspecto é que o Brasil ainda é um país de fronteira: a área cultivada expandiu-se a 35% entre 1960 e 1975. A contrapartida nas cidades é que por volta de 1969-70 aproximadamente 15.000 fábricas com cinco ou mais trabalhadores eram criadas anualmente.¹ Tal movimento leva a que se espere uma grande modificação na renda individual com mobilidades para cima e para baixo. O movimento extensivo também poderia ter custos privados elevados, particularmente para grupos tais como trabalhadores rurais ocasionais e trabalhadores em construção que fre-

¹ *Censo industrial de 1970*, p. 270. O aumento na rede de estabelecimentos de cinco ou mais trabalhadores entre 1960 e 1970 foi de apenas 28.000, implicando considerável rotatividade de estabelecimentos.

qüentemente se mudam; isto pode embaraçar o desenvolvimento das organizações locais e movimentos populares e portanto a capacidade para auxílio comunitário.

3. A extensão da pobreza

Uma medida aproximada do tamanho e da distribuição regional da pobreza é apresentada na tabela 1, utilizando um abrangente levantamento de despesas de consumo doméstico feito em 1974 e 1975, o Estudo Nacional de Despesa Familiar (FIBGE), conhecido como Endef.² O principal objetivo em identificar o grupo mais pobre é certamente orientar a alocação dos esforços governamentais. Os dados também fornecem um medidor para avaliar o progresso na redução do nível de pobreza. Estes objetivos podem ser alcançados pelo nível de pobreza arbitrariamente definido aqui. Outra contribuição poderia ser feita estimando um nível absoluto de pobreza baseado em requisitos nutricionais, apesar de serem necessárias maiores pesquisas nas várias dimensões da relação entre níveis de renda e das necessidades básicas.

A publicação dos resultados parciais do levantamento de despesas de consumo doméstico nacional de 1974-75 (Endef) fornece uma base mais confiável para a medida de pobreza do que as estatísticas disponíveis anteriormente, porque abrange renda não monetária bem como renda monetária.

O nível de pobreza escolhido aqui — dois salários mínimos do Rio de Janeiro, por família, ou US\$ 260 *per capita* — identifica 27% da população como pobre. Um ajustamento aproximado foi feito para as diferenças regionais de custo de vida. A distribuição regional destas famílias corresponde às noções comuns referentes ao Brasil: 61% dos pobres estão na zona rural, localizando-se a metade no Nordeste. Uma constatação menos difundida é que quase 3/4 das pessoas pobres da região urbana estão em cidades menores que áreas metropolitanas. Medidas mais precisas poderiam alterar estas constatações. O melhoramento requerido mais importante é a estimativa mais precisa das diferenças dos custos de vida regionais.³

Uma constatação fundamental é que o nível de renda das pessoas pobres foi subestimado no passado. Estimativas baseadas na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD), levantamento das famílias de 1972 com dados apenas para renda monetária, localizam, por exemplo, 62% de todas as famílias abaixo do nível de dois salários mínimos. Um estudo recente da ECLA/IBRD, utilizando a avaliação da renda total da PNAD de 1972 e um nível quase idêntico de pobreza, estima que 47% das famílias brasileiras eram pobres em 1972, um resultado substan-

² Para uma revisão crítica do Endef e outras fontes estatísticas usadas neste artigo, ver: Pfeiffermann, Guy & Webb, Richard. *The distribution of income in Brazil*. World Bank Staff Working Paper n.º 356, Sept. 1979.

³ Para uma análise das diferenças regionais nos preços, ver: Thomas, Vinod. *Differences in income, nutrition and poverty within Brazil*. World Bank Staff Working Paper n.º 505, Feb. 1982.

cialmente mais alto que os 27% obtidos pelo Endef.⁴ Utilizando um nível de pobreza mais baixo, de US\$ 130 *per capita*, que é mais próximo da avaliação utilizada normalmente em outros países, haveria uma redução do grupo de pessoas pobres para menos de 15% da população.

Tabela 1

A extensão da pobreza: famílias abaixo de dois salários mínimos:¹ 1974/75

Regiões	Total de famílias (1.000)	Pessoas pobres na região (%)	Número de pessoas pobres (1.000)	Distribuição regional da pobreza (%)
Rio de Janeiro	<u>2.169</u>	<u>11</u>	<u>244</u>	<u>4</u>
Metropolitana	1.784	9	163	3
Outras urbanas	209	14	28	1
Rural	176	30	53	1
São Paulo	<u>4.168</u>	<u>9</u>	<u>385</u>	<u>7</u>
Metropolitana	2.078	5	103	2
Outras urbanas	1.413	11	156	3
Rural	677	19	126	2
Sul	<u>3.548</u>	<u>15</u>	<u>520</u>	<u>9</u>
Metropolitana	601	8	48	1
Outras urbanas	1.162	13	147	3
Rural	1.785	18	325	6
Minas Gerais e				
Espírito Santo	<u>2.592</u>	<u>30</u>	<u>788</u>	<u>14</u>
Metropolitana	367	14	52	1
Outras urbanas	1.034	25	260	5
Rural	1.191	40	476	9
Nordeste	<u>5.791</u>	<u>52</u>	<u>3.008</u>	<u>54</u>
Metropolitana	844	27	231	4
Outras urbanas	1.673	44	731	14
Rural	3.274	62	2.046	37
Norte e Distrito				
Federal²	<u>2.032</u>	<u>30</u>	<u>619</u>	<u>11</u>
Metropolitana	156	4	6	—
Outras urbanas	918	25	230	4
Rural	958	40	383	7

⁴ Altimir, Oscar. The extent of poverty in Latin America. World Bank Staff Working Paper nº 522, Mar. 1982. O nível de pobreza foi de Cr\$ 890,00 *per capita* ao ano, que em preços de agosto de 1974 somam Cr\$ 9.700,00 contra Cr\$ 9.000,00 utilizado aqui.

continuação

Regiões	Total de famílias (1.000)	Pessoas pobres na região (%)	Número de pessoas pobres (1.000)	Distribuição regional da pobreza (%)
Total	20.300	27	5.566	100
Metropolitana	5.830	10	603	11
Outras urbanas	6.409	24	1.554	28
Rural	8.061	42	3.409	61

¹ Ajustado para diferenças regionais do custo de vida. O conceito de renda é o total de consumo familiar, incluindo renda não monetária e capital (bens imobiliários, veículos, ações) (Endef, tabela 7). A base para o nível de pobreza foi o salário mínimo regional mais alto em agosto de 1974 ou Cr\$ 376,80 por mês. O ajustamento para as diferenças entre os custos de vida regionais é uma aproximação arbitrária. A diferença entre a região rural e metropolitana foi presumida em 30% e em 20% entre a região rural e outras urbanas. O nível de pobreza nas áreas metropolitanas é de Cr\$ 9.000,00 por ano (US\$ 1.300), Cr\$ 7.500,00 em outras áreas urbanas e Cr\$ 6.923,00 em áreas rurais. Supondo uma família média de cinco pessoas, chega-se a um nível de pobreza de US\$ 260 *per capita* nas áreas metropolitanas.

² Dados para o Norte são aproximações orientadas pela PNAD de 1972 baseadas em dados sobre as famílias por classe de renda e por diferenças regionais de salários para trabalhadores não qualificados.

A medida prévia mais completa dos níveis e das características da pobreza foi elaborada por Fishlow & Meesook para 1960, utilizando os dados do censo.⁵ Seus níveis de pobreza eram iguais a um salário mínimo urbano do Nordeste ou US\$ 130 em preços de 1974.⁶ Depois do ajustamento para renda não monetária, eles estimam que 31% de todas as famílias em 1960 caíam abaixo deste nível. Se aplicarmos o mesmo nível de pobreza real para os dados do Endef, a parte das pessoas pobres é da ordem de 15%, ou metade do nível de 1960.⁷ Uma vez que existe um forte consenso que os dados do Endef são aproximações mais exatas da renda verdadeira do que as estimativas baseadas no censo, esta inconsistência possui somente duas explicações possíveis: a) uma é que os dados sobre renda, mesmo sendo corrigidos por Fishlow & Meesook, sofrem severas subestimações; b) outra é que a pobreza foi reduzida. Como seria necessária uma subestimação muito grande para explicar este hiato, é provável que a participação muito mais baixa da pobreza em 1974-75 seja o resultado, pelo menos em parte, da redução real da pobreza.

⁵ Fishlow, Albert & Meesook, Astra. Brazilian size distribution of income. *AER*, 1972.

⁶ Aplicando o índice de preços no varejo da Guanabara, mais um ajustamento para a taxa de inflação em 1973 que fontes governamentais já admitem estar em torno de 22,5% em vez da estimativa oficial de 12,6%.

⁷ Trazidos para preços de 1974 utilizando o índice de custo de vida da Guanabara.

A descoberta de níveis mais elevados de renda na parte mais baixa da distribuição é mais uma medida da imprecisão das estatísticas anteriores do que da exatidão destes níveis de renda. Existem provas mais concretas sobre os altos índices de subnutrição, taxas de mortalidade, serviços e condições de vida profundamente deficientes que correspondem aos níveis de renda na vizinhança de dois salários mínimos. Isto reflete em parte os altos níveis de preços no Brasil em relação aos padrões internacionais. Talvez mais importante seja o fato de que alguns aspectos do bem-estar no Brasil tenham-se retardado em relação ao crescimento das rendas monetárias. Isto é bastante óbvio no que se refere à precariedade dos serviços públicos e aos níveis relativamente altos de subnutrição, porém pode envolver também aspectos de bem-estar que são difíceis de quantificar, tais como amparo à comunidade e pesquisas, e custos associados com altos níveis de mobilidade individual.

A ampla hierarquia ocupacional regional é fornecida na tabela 2 utilizando dados do Endef. As ocupações são aquelas apenas dos chefes de famílias enquanto que as rendas mostradas incluem ganhos de trabalhadores secundários das famílias. Portanto, são mais elevados que os ganhos de qualquer indivíduo nestas categorias. A tabela ilustra o poder das variáveis ocupacional e regional em criarem estratificação. Um ponto a salientar é o grande diferencial existente entre o trabalho manual da região rural e o não-rural ("trabalhador rural" e "empregado manual"). Em todas as regiões os trabalhadores sem terra têm sua renda duplicada ao se transferirem para empregos manuais nas cidades dentro de sua própria região. O desconto para as diferenças existentes no custo de vida cidade-campo permitiria ainda aumentos bem superiores a 50%, uma vez que os trabalhadores sem terra compram a maior parte de sua alimentação, enquanto que pelo menos metade dos empregos manuais, fora da região agrícola, está localizada em pequenas cidades e vilas onde as diferenças do custo de vida em relação a áreas rurais não são tão grandes como em relação às regiões metropolitanas. A transferência de uma pessoa da região rural do Nordeste para a região metropolitana do Rio de Janeiro implica aproximadamente uma triplicação de renda, enquanto que a renda familiar de um trabalhador manual de São Paulo é 4,7% vezes aquela de um trabalhador do campo no Nordeste.⁸

⁸ Um estudo recente de Vinod Thomas tenta quantificar as diferenças nos preços entre as regiões e dentro das regiões entre áreas metropolitanas, outras áreas urbanas e áreas rurais, para a população mais pobre do Brasil. Os preços rurais são mais baixos que os urbanos e os preços metropolitanos são ainda mais elevados devido principalmente aos aluguéis mais altos. Comparando com o índice médio de preços igual a 100 (para 1974-75), o que se segue são alguns índices regionais: região metropolitana de São Paulo (179), Belo Horizonte (127), Curitiba (125), região rural de São Paulo (90), áreas rurais de Minas Gerais e Espírito Santo (78) e Sul rural (80). Não existem dados para a região rural do Nordeste, uma das principais fontes de migração. In: Thomas, Vinod. op. cit. p. 73, tabela 5. As estimativas de Thomas citadas dizem respeito aos quatro decis mais baixos na escala de distribuição de renda. Eles não são inconsistentes com a análise deste artigo.

Tabela 2

Classificação de grupos ocupacionais e regionais por nível de renda
(chefes de família e renda familiar) 1974/75

Categoria ocupacional	Fora da agricultura			Agricultura		
	Região	Renda média (1.000)	Número de famílias (1.000)	Região	Renda média (1.000)	Número de famílias (1.000)
Total			9.219			6.263
Gerente	RJ	169,1	78			
	SP	167,2	82			
	MG	143,4	19			
	NE	137,9	37			
Empregador ou profissional	MG	136,3	62			
	SP	123,1	204			
	RJ	120,7	87			
Gerente	Sul	120,4	34			
Empregador ou profissional	Sul	108,5	117			
Gerência média	SP	79,1	235			
Comerciante	SP	71,8	159			
Empregador ou profissional	NE	67,9	84			
Gerência média	RJ	67,7	139			
	Sul	57,6	116			
Fazendeiro				SP	54,5	102
Gerência média	MG	54,0	68			
	NE	52,1	96			
Fazendeiro				MG	45,2	150
				RJ	45,1	23
Comerciante	Sul	44,4	117			
Empregado não-manual	SP	43,3	405			
Comerciante	RJ	42,9	57			
Fazendeiro				Sul	42,5	286
Autônomo	SP	38,2	261			
Oficina	SP	36,8	121			
Empregado não-manual	Sul	35,7	179			
Oficina	Sul	35,5	96			
Empregado não-manual	MG	34,4	123			
	RJ	34,2	254			
Comerciante	MG	34,0	96			
Oficina	RJ	31,0	49			
	MG	30,9	43			

continuação

Categoria ocupacional	Fora da agricultura			Agricultura		
	Região	Renda média (1.000)	Número de famílias (1.000)	Região	Renda média (1.000)	Número de famílias (1.000)
Empregado manual	SP	25,6	1.337			
Autônomo	RJ	24,9	169			
	Sul	24,5	195			
Pequeno fazendeiro				SP	23,2	174
Empregado não-manual	NE	23,0	200			
Empregado manual	RJ	21,0	685			
Pequeno fazendeiro				Sul	20,2	930
Empregado manual	Sul	19,2	714			
Autônomo	MG	17,8	180			
Comerciante	NE	17,3	343			
Empregado manual	MG	16,3	526			
Pequeno fazendeiro				MG	16,0	439
Fazendeiro				NE	15,9	487
Pequeno fazendeiro				RJ	14,8	41
Comerciante	NE	14,4	147			
Trabalhador de fazenda				SP	12,6	400
Empregado manual	NE	11,9	848			
Autônomo	NE	10,8	457			
Trabalhador de fazenda				Sul	9,9	329
				RJ	9,0	71
				MG	7,5	480
Pequeno fazendeiro				NE	7,3	1.239
Trabalhador de fazenda				NE	5,5	1.112

Fonte: Endef. A ocupação é do chefe da família. A renda é a renda anual das famílias em cruzeiros de agosto de 1974. Taxa de câmbio = Cr\$/US\$.

Definições:

gerente: gerente *senior*, geralmente com qualificações profissionais;
 empregador ou profissional: inclui profissionais autônomos;
 gerência média: inclui posições de supervisão requerendo nível universitário;
 comerciante: inclui proprietários de estabelecimentos de serviço;
 fazendeiro: grande e médio fazendeiro que emprega trabalhador assalariado;
 empregado não manual: trabalhadores de escritório não qualificados, empregados em comércio e serviços;
 oficina: artesãos, oficinas de reparos e outras atividades manuais;
 autônomo: proprietário de estabelecimentos não registrados e não agrícolas;
 pequeno fazendeiro: não emprega trabalhador;
 trabalhador de fazenda: a principal fonte de renda é o salário.

Os dados da tabela 2 também indicam o tamanho e a composição dos grupos de renda média; 34% de todas as famílias, por exemplo, percebem renda fami-

liar da ordem de cinco a 20 salários mínimos (Cr\$ 22.500,00 a 90.000,00). Estes incluem um contingente bastante amplo de fazendeiros que percebem rendas bem mais elevadas que os trabalhadores agrícolas e abrangem uma classe média rural. Muito maior, no entanto, é o tamanho dos grupos urbanos de renda média compostos por trabalhadores qualificados e por um grande número de pequenos empresários.

Dentro do setor agrícola existe uma forte relação entre a produtividade média regional e a renda dos pequenos fazendeiros e família de trabalhadores rurais.⁹ Estas relações são mostradas na tabela 4. A comparação naquela tabela é aproximada, devido principalmente à falta de dados de valores adicionados regionais para 1974-75, mas é útil para estabelecer as relações entre a produtividade e a renda. Em primeiro lugar as rendas dos pequenos fazendeiros são fortemente correlacionadas com a produtividade média regional: a alta produtividade do Sul e do Sudeste não está limitada às grandes propriedades. Em segundo lugar os trabalhadores do campo também se beneficiam substancialmente da produtividade regional mais elevada: a elasticidade de sua renda familiar em relação à produtividade regional está entre um terço e um meio. A elasticidade é em torno de duas vezes a da taxa de salário rural. A renda familiar de um assalariado no campo em São Paulo é mais alta que no Nordeste apenas parcialmente, porque a taxa de salário regional é mais alta. Cerca de metade da renda familiar mais alta dos trabalhadores rurais de São Paulo deve ser explicada de outras maneiras. Uma das possibilidades é a de mais dias trabalhados por ano, que por sua vez pode relacionar-se com um mercado de trabalho mais desenvolvido (melhores informações, transportes mais rápidos e intermediação mais eficiente). Outra possibilidade refere-se a melhores e mais bem pagas oportunidades de trabalho fora da agricultura – em vilas e cidades durante as estações de inatividade da agricultura. Estas oportunidades menores de emprego se aplicam também para os trabalhadores secundários. Finalmente, uma vez que muitos assalariados têm acesso a alguma terra, eles podem obter produtividades mais altas nesses locais do que os do Nordeste.

O mais interessante acerca da relação de *cross-section* entre as rendas de pequenos fazendeiros e assalariados e a produtividade regional é que ela sugere que os ganhos com o crescimento da produtividade e de melhores termos de troca têm sido largamente divididos dentro do setor agrícola.

4. Tendência nas taxas de salário, emprego e variáveis selecionadas de bem-estar

4.1 Tendência da taxa de salários

As limitadas evidências diretas sobre tendências na renda de categorias ocupacionais específicas são as séries de salários resumidas na tabela 3.

⁹ Para uma revisão das políticas agrícolas e seu desempenho desde a II Guerra Mundial, ver: Levy, Fred. D. et alii. *Brasil – uma revisão de políticas agrícolas*. Banco Mundial, 1982.

Tabela 3

Tendências na renda e nos salários: índices

	Ano Base = 100	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. Salário rural temporário São Paulo	1960	112	121	128	145	180	184	193	210
2. Salário rural temporário Brasil	1968	97	103	109	130	157	165	159	156
3. Construção: não- especializado	1968	92	95	99	100	111	117	117	116
4. Construção: especializado	1968	89	91	97	103	94	99	97	94
5. Construção: mestres	1968	88	105	127	134	154	165	174	178
6. Trabalhadores urbanos (SEPT)	1965	121	121		144				
7. Salário médio manufatura (Banco Central)	1971		100	108	119	119	131	140	
8. Salário médio manufatura (FIBGE/DEICOM)	1959	132	136	149	149	152	161		
9. Salário médio manufatura (São Paulo: Lei 2/3)	1972			100			128		
10. Salário médio manufatura (São Paulo: Dieese)	1961		92					97	
11. Salário médio manufatura (São Paulo: Dieese, com deflator FGV)	1961		104					121	
12. Indústria automobilística	1966	114	113	124	129	127	130		
13. Indústrias básicas (ABDIB)	1971		100	108	119	119	131	140	

Obs.: Todas as séries deflacionadas pelo índice de custo de vida do Rio de Janeiro ajustado para cima em 1973 (de outra maneira haverá indicação).

Linha 6: Lei de 2/3, SEPT, Ministério do Trabalho.

Linha 7: Boletim do Banco Central do Brasil.

Linha 8: Remuneração média de trabalhadores de fábricas em manufaturas (incluindo os supervisores das fábricas e mestres) obtida de levantamentos industriais.

Linha 9: Uma média ponderada dos salários médios da indústria obtida de Macedo, R. *Emprego e salário no ciclo econômico 1972/75*. Programa de Estudos, Secretaria de Emprego e Salário do MTG, FIPE.

Linha 10: Dieese. Deflatores pelo índice do custo de vida do Dieese.

Linha 12: Anfavea. Deflacionado pelo índice de custo de vida do FIPE/USP.

Linha 13: *Conjuntura Econômica*.

As conclusões mais importantes sugeridas pelos dados da tabela 3 são, em primeiro lugar, que a maior parte dos salários tem subido apesar de taxas muito variáveis. O aspecto geral não é claramente de estagnação dos salários. Uma segunda conclusão é que a maioria dos salários cresceu mais rapidamente durante o período de acelerado crescimento econômico que se iniciou em 1968, apesar de os dados pré-1970 serem escassos. O aspecto mais surpreendente e notável destas séries é o aumento observado depois de 1970 nas taxas de salários reais para os trabalhadores rurais ocasionais. Estas taxas de salário aumentaram em termos reais de

Tabela 4

Renda familiar rural e produtividade regional agrícola

	Valor adicionado por trabalhador regional agrícola 1970/72	Índices de		
		Renda familiar		
		Pequeno fazendeiro 1974/75	Trabalhador rural 1974/75	Salário temporário rural 1974
São Paulo	452	318	229	149
Sul	306	277	180	146
Rio de Janeiro	257	203	164	107
Minas Gerais	174	219	136	121
Nordeste	100	100	100	100

Fonte: Endef para rendas familiares. Contas nacionais para o valor adicionado em 1970. Graziano da Silva, J. F., coord. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1978. Quadro 51 para a produtividade regional por trabalhador para 1972. Para 1972 usamos a média da produtividade por permanente e por máximo (apogeu da estação). Os números mostrados aqui para o emprego anual 1970-72 são a média destes dois anos. FGV para salários temporários rurais.

75% entre 1970 e 1980. Excluindo o estado mais avançado, São Paulo, a taxa média de salários para os trabalhadores rurais ocasionais aumentou em 76%. A renda per capita aumentou em 77% durante o período de 1970-80. Portanto, um grupo importante de trabalhadores que estão entre os mais pobres do país obteve uma melhora absoluta em seus ganhos diários.¹⁰ A convergência dos salários rurais e urbanos para trabalhadores não qualificados bem como a convergência entre os salários das diferentes partes do Brasil sugerem a emergência de uma força de trabalho nacional homogênea e crescente. A convergência significou progresso especialmente para os grupos mais pobres.

A tendência dos salários rurais é observável pela relação entre a renda regional rural e a produtividade agrícola (tabela 4). Como fica sugerido por estes dados, a tendência dos salários pode não captar a extensão total do crescimento de renda gerada pela crescente produtividade, uma vez que as rendas podem também ter sido afetadas por maiores oportunidades de trabalho durante o ano e por assalaria-

¹⁰ A série de salários rurais se refere apenas a dinheiro em espécie. Depois da extensão da legislação trabalhista às áreas rurais em meados dos anos 60, a renda em espécie de muitos dos trabalhadores rurais foi reduzida. É improvável que esta redução tenha tido qualquer efeito no comportamento dos salários rurais nos anos 70.

dos primários e secundários em ambas as regiões rural e urbana. A associação entre a tendência nas taxas de salário rural e a produtividade agrícola pode ser vista nos seguintes fatos: o índice de valor adicionado pela agricultura no Brasil, deflacionado pelo índice de custo de vida para refletir o poder de compra do consumidor, se comporta da seguinte maneira: 1959 = 100, 1970 = 97, 1975 = 172, 1977 = 223. O salário rural para trabalhadores ocasionais, mostrado na tabela 2, segue o mesmo modelo: pequenas mudanças durante os anos 60; aumento acentuado entre 1970 e 1975. A estabilização do salário rural desde 1975 sugere que foi a combinação excepcional de um boom urbano com o grande crescimento do valor adicionado na agricultura que gerou uma resposta tão forte dos salários e que a diminuição do crescimento urbano reduziu a pressão na oferta de trabalho rural.

4.2 Diferenciais de renda regional e setorial

A tabela 5 mostra evidências que desafiam o consenso geral de que o crescimento da renda *per capita* foi concentrado nas áreas urbanas e no Sudeste.

Entre 1960 e 1976 a renda *per capita* no Nordeste se manteve *pari passu* com São Paulo (linha 2) e com o Brasil como um todo (linha 6).¹¹ Este desempenho urbano São Paulo-Nordeste é surpreendentemente constante ao longo dos cinco diferentes anos (e fontes) mostrados (linha 3). Como deveria ser esperado, o diferencial rural é mais variável: a renda rural no Nordeste fica em defasagem em relação à renda rural em São Paulo (linha 4) embora cresça mais rápido que no Sul (linha 5). O suporte independente para estes resultados é fornecido pelas tendências nos diferenciais dos salários regionais: ambas as taxas de salário na agricultura e construção com mão-de-obra qualificada (linhas 10 a 13) aumentam mais rapidamente no Nordeste que no Sul e Sudeste, entre 1968 e 1980, apesar da defasagem dos salários na construção com mão-de-obra não qualificada (linha 12). Finalmente a tendência nos aluguéis de terras agrícolas é consistente com os dados de renda e salário: o preço dos aluguéis de terras plantadas (linha 19) e pastagem (linha 20) aumentou quase que às mesmas taxas no Nordeste e no Sul.¹²

A proporção entre a renda urbana e rural aumenta entre 1960 e 1970, mas depois cai entre 1970 e 1976 para um nível de apenas 7% mais alto que em 1960 (linha 1). Algum progresso na descrição da renda agrícola em espécie nos levantamentos de 1972 e 1976 pode contribuir para este resultado, mas a extensão da renda urbana em espécie também aumentou e não há base para saber se a extensão progrediu mais na área rural do que na urbana. Estatísticas de salário confir-

¹¹ As pequenas mudanças nas relações – uma defasagem de 5% pelo Nordeste relativamente ao Brasil como um todo, um ganho de 5% relativo a São Paulo – não são significativas estatisticamente, em vista das deficiências do censo e dos dados do levantamento da renda discutidos antes, e em relação à duplicação da renda *per capita* no período.

¹² Em termos reais, o preço de arrendamento da terra no Nordeste cresceu 87% para lavouras e 18% para pasto.

Tabela 5

Tendências nos diferenciais de renda regional e setorial

	1959	1960	1966	1968	1970	1972	1974	1976	1977
Renda per capita regional									
1. Urbano ÷ rural: Brasil		2,17			2,74	2,32	(2,93)	2,33	
2. São Paulo ÷ Nordeste		2,11			1,98	2,64	(2,53)	2,00	
3. São Paulo ÷ Nordeste (urbano)		2,00			1,93	1,96	(2,22)	1,96	
4. São Paulo ÷ Nordeste (rural)		1,86			2,15	2,83	(2,55)	2,17	
5. Sul ÷ Nordeste (rural)		2,11			1,98	2,64	(2,53)	2,00	
6. Brasil ÷ Nordeste		1,76			1,80	1,93	(2,02)	1,84	
Salários regionais-setoriais									
7. Construção não-especializada – temporário rural				1,56	1,49	1,43	1,10	1,15	1,16
8. Construção não-especializada: São Paulo				1,30	1,20	1,12	1,03	0,88	0,81
9. Mínimo urbano ÷ temporário rural				1,72	1,72	1,64	0,96	1,03	1,09
10. Temporário rural: São Paulo e Sul ÷ Nordeste				1,71	1,81	1,81	1,52	1,58	1,57
11. Mínimo: Sudeste ÷ Nordeste		1,65	1,65	1,64	1,50	1,47	1,41	1,41	1,41
12. Construção não-especializada: Rio de Janeiro e São Paulo ÷ Nordeste				1,59					1,74
13. Construção especializada: Rio de Janeiro e São Paulo ÷ Nordeste					1,59				1,55
Ocupacional – salários setoriais									
14. Construção especializada: ÷ não-especializada: São Paulo				1,97	1,91	1,92	1,68	1,64	1,60
15. Manufat. (+ 20): não-operário fábrica ÷ operário fábrica					2,69	2,46	2,59		
16. Manufat.: grande (+ 20) ÷ pequeno (5-19)					1,79	1,72	1,41		
17. Manuf. fábrica (+ 20) ÷ pequeno (5-19)					1,47	1,35	1,10		
18. Governo ÷ privado (trabalhadores não-agrícolas)		1,64			1,64			1,41	
Aluguel de terras									
19. Terras aráveis: Nordeste ÷ Rio de Janeiro e Sul			1,00					0,96	
20. Pastagem: Nordeste			1,00					1,11	
Valor adicionado por família									
21. Não-agrícola ÷ agrícola		5,38			7,70				5,11

Linha 1-6: Fontes Langoni, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973 – para 1960 e 1970; PNAD de 1972, quadro 6.1; Ender; PNAD de 1976 (quadro 26). Ver observações às tabelas 1 e 2 para extensão. Todos os dados são para receptores industriais com exceção de Ender (entre parênteses) que são para famílias.

Linha 5: Sul é igual à região III Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Linha 14-17: *Censo industrial de 1960; Censo industrial de 1970; Pesquisa industrial de 1972; Pesquisa industrial de 1974*. Todos da FIBGE. Operário de fábrica: “pessoal ligado à produção” – abrange engenheiros de fábrica e supervisores, trabalhadores qualificados e não qualificados. Não operário inclui trabalhadores administrativos e de serviço. Esta queda foi calculada aqui para firmas com 20 ou mais trabalhadores apenas devido à má qualidade presumida desta distinção estatística em firmas menores.

Linha 18: Censo de 1960, Censo de 1970 e PNAD de 1976.

Linha 19-21: *Conjuntura Econômica*, jun. 1977 p. 101. Estados ponderados pela força de trabalho agrícola.

mam os dados de renda do censo e da PNAD: o hiato entre os salários para mão-de-obra não qualificada urbana e rural cai de 56% em 1968 para 16% em 1977 (linha 7).¹³ Evidências adicionais são fornecidas pelas contas nacionais e pelos da-

¹³ O valor exato desta diferença é desconhecido, uma vez que as taxas de salário relatadas do campo estão em base diária e as taxas de construção são por hora; a diferença observada se transformará no pressuposto feito a respeito de horas médias e dias trabalhados. Além disto, os pagamentos em ambos os mercados mais freqüentemente incluem pagamento em espécie, *piece rate*, e outros pagamentos de incentivo. As taxas publicadas são relatadas para contratos “puros” em dinheiro, porém a freqüência dos contratos “impuros” permite espaço considerável para diferenças não mensuráveis nos níveis médios destas duas taxas de salário bem como nas suas tendências.

dos demográficos. Estes mostram um declínio líquido, entre 1959 e 1976-77, da proporção entre produtividade não agrícola e agrícola (linha 21). A proporção aumentou substancialmente entre 1959 e 1970, mas o aumento foi mais que compensado depois de 1970 por uma combinação de crescimento real da produção, progressos nos termos de troca rural bem como rápida e continuada migração rural.

Uma medida de desigualdade setorial é fornecida pelo diferencial entre os salários médios nas fábricas (20 ou mais trabalhadores) e nos estabelecimentos comerciais (5-19 trabalhadores) (linha 16). Esta proporção – que pode ser interpretada como um diferencial entre setores protegidos e não protegidos – cresce entre 1960 e 1970, mas depois declina para seu nível original de 1959. Este modelo comprova as evidências dos diferenciais educacional e ocupacional cuja expansão ocorreu entre 1960 e 1970, mas cuja tendência foi diminuída ou revertida após 1970. Outra estatística que se encaixa neste modelo é a proporção do salário entre mão-de-obra indireta e direta nas fábricas (linha 15), que segue um ciclo semelhante entre 1959 e 1974.

Uma medida relacionada é a razão entre as rendas de empregados do governo e empregados de empresas privadas em atividades não agrícolas (linha 18). Entre 1960 e 1976, os trabalhadores do governo *perdem* relativamente aos de empresas privadas. As fábricas juntamente com o governo formam a parte principal do que é normalmente chamado o “setor moderno”; são também as categorias de emprego mais sujeitas às influências diretas de política de salários. Em ambos os setores, os salários são maiores que em estabelecimentos informais ou de pequena escala, mas esta diferença não revela aumento entre 1959 e 1976. De fato, o salário médio no setor moderno como um todo parece diminuir em relação ao salário no setor informal urbano.

4.3 *Emprego*

As duas principais características da modificação nos modelos de emprego entre 1960 e 1976 são um substancial deslocamento para fora da agricultura e um progresso na estrutura do emprego urbano (ver tabela 6). O número absoluto de famílias no campo cresceu apenas 11% em 16 anos e a taxa de crescimento parece estar diminuindo.¹⁴ Então, quatro entre cinco famílias do campo que surgiriam através do crescimento natural da população emigraram. Como resultado o número de famílias não agrícolas mais do que duplicou, crescendo 5,3% ao ano ao longo de todo o período e a uma taxa pouco mais rápida desde 1970. A contribuição deste movimento ao crescimento da renda é medida pelo diferencial entre as ren-

¹⁴ Uma comparação dos dados do Censo de 1970 e a PNAD de 1976 mostra uma diferença mínima entre 1970 e 1976 (crescimento absoluto de apenas 2%), mas a margem de erro é maior que entre os censos.

das agrícolas. A medida mais confiável é fornecida pelo Endef: para o Brasil como um todo foi 2,5 vezes em 1974-75 e o valor do diferencial parece ter-se mantido aproximadamente constante desde 1960.¹⁵ Um ajustamento aproximado pa-

Tabela 6
A estrutura do emprego 1960-76

	Força de trabalho (em milhões)				Crescimento anual (%)			
	Cabeças de famílias		Total da força de trabalho ³		Cabeças		Total	
	1960 (milhões)	1976 ¹ (milhões)	1960 (%)	1976 (%)	1960	1976	1960	1976
Total	12,06	19,28	100	100	22,75	39,72	3,0	
Agricultura	6,77	7,49	56,1	38,8			0,6	
Sector não agrícola	5,29	11,79	43,9	61,2			5,3	5,7 ³
Manufatura e construção	1,50	4,67	12,4	24,2			7,4	
Transporte e comércio	1,67	2,91	13,8	15,1			3,5	
Serviços pessoais	1,04	1,73	8,6	9,0			3,2	
Governo e serviços sociais	0,67	1,65	5,6	8,6			5,8	
Outros	0,41	0,83	3,4	4,3			4,5	
Subgrupos de atividade selecionada								
Construção					0,78	2,69		8,0
Fábricas (+ 50 trabalhadores)					(1,23) ²	(2,95) ²		5,5
Mulheres em serviços pessoais					1,48	3,29		5,1
Ocupação								
Administrativa e técnica					2,53	7,61		7,1
Manual (não-agrícola)					8,15	17,59		4,9
Status (não-agrícola)								
Autônomo e família					2,97	5,29		3,7
Empregadores					7,91	19,38		5,8
Taxas de participação⁴	1960	1970	1972 ³	1976				
População (10 +)	46,6	44,9	52,7	50,8				
Mulheres (10 +)	16,6	18,5	29,9	29,6				
Homens (10 +)	77,2	71,8	76,1	73,6				
Homens (10 - 19)	45,2	38,8	48,4	45,9				

Fontes: PNAD de 1976. Censo demográfico de 1960. Censo industrial de 1960. Pesquisas industriais de 1974. PNAD de 1972.

¹ Ajustamento para cima para incluir as áreas rurais da região norte usando a parte do Norte rural do censo de 1970 no total da população (3,6%). Números do setor não agrícola são levemente subestimados devido à omissão dos trabalhadores não agrícolas nas áreas rurais do Norte.

² Estimados dos números de 1959 e 1974 usando a taxa de crescimento anual de 5,5% registrada entre 1959 e 1974.

³ Como argumentado no texto, a comparação da estrutura total de força de trabalho entre 1960 e 1976 é tendenciosa por modificações nas definições que conduzem a taxas mais altas de participação em 1976. A mudança é especialmente grande na agricultura, pois somente cabeças são comparadas neste setor.

⁴ A finalidade de se mostrar estes dados é demonstrar a incomparabilidade entre os censos (1960 e 1970) e os levantamentos (1972 e 1976), particularmente ao mostrar o salto entre 1970 e 1972 nas taxas para mulheres e rapazes.

¹⁵ Quadro 4, linhas 1 e 19. O diferencial urbano-rural foi 2,9 vezes em 1974-75.

ra as diferenças de custo de vida urbano-rural ainda deixaria um diferencial da ordem de duas vezes.

A constância do diferencial sugere que esta enorme absorção pelas áreas urbanas ocorreu sem o inchamento nas categorias de renda mais baixas. Evidência mais direta, porém, é fornecida pelas tendências favoráveis na composição do emprego não-agrícola. Como pode ser observado na tabela 5, ocupações administrativas e técnicas obtiveram ganhos em relação à ocupação manual; atividades do setor secundário obtiveram ganhos em relação às do setor terciário; dentro do terciário, o setor governo e serviços sociais (na maioria, professores e enfermeiros), obtiveram ganhos em relação a outros serviços, e empregados assalariados obtiveram ganhos em relação a autônomos e famílias de trabalhadores sem remuneração. Dentro deste, o crescimento mais lento foi no setor de serviços pessoais. Uma tendência desfavorável parece ter sido uma perda na participação das fábricas em relação a trabalho em lojas comerciais ou fábricas de pequena escala, mas o emprego em fábricas cresce quase tão rápido (5,5%) quanto o total de renda não agrícola (5,7%).¹⁶ Uma vez que o setor de serviços pessoais tem uma participação particularmente grande entre os assalariados secundários, seu crescimento é bastante atenuado pelo cabeça da família, mas mesmo o resultado para todas as mulheres nos serviços pessoais, cuja maioria está em serviços domésticos, mostra uma taxa mais lenta de crescimento (5,1%) que aquela para trabalhadores não agrícolas (5,7%).

Estas tendências se referem em alguns casos a chefes de família e em outros ao total da força de trabalho. A comparação mais confiável é aquela para os chefes, porque os dados pós-70 são obtidos de levantamentos que usam diferentes questões e definições para definir atividade e, como resultado, revelam maiores graus de participação da força de trabalho do que os censos (tabela 6). A taxa para mulheres, por exemplo, eleva-se de 18,5% em 1970 para 29,9% em 1972. Nenhuma das tendências citadas antes, entretanto, é significativamente afetada por esse viés potencial.

Nossa estimativa que a taxa de crescimento do emprego, na agricultura, era de somente 0,6% ao ano é baseada na noção de que famílias são uma base preferível a indivíduos para se definir tendências de emprego na agricultura. Esse enfoque tem algumas falhas óbvias: omitirá mudanças na extensão do trabalho assa-

¹⁶ Esta estatística pode ser afetada por modificações na extensão. Empregos em fábricas (estabelecimentos com 50 ou mais trabalhadores) são obtidos dos censos industriais de 1960 e 1970 e do levantamento industrial de 1974. A taxa de crescimento de 5,5% mostrada na tabela 11 é aquela entre 1959 (censo de 1960) e 1974. Em princípio todas estas fontes cobrem todos os empregos em estabelecimentos de cinco ou mais trabalhadores, portanto a extensão de mais de 50 estabelecimentos não deve variar. Como um teste para dados do censo industrial, o Censo para 1972 apresenta 2,5 milhões de empregados contra 2,7 milhões nos dados de SEPT e 3,7 milhões de empregados para todos os tamanhos de estabelecimentos de acordo com a PNAD de 1972. O resíduo Censo-PNAD implica que aproximadamente 30% do emprego em manufatura foi desprezado pelo censo, porém as omissões podem ter ocorrido em estabelecimentos com menos de 50 trabalhadores.

lariado executado por mulheres e crianças, ou na tendência de trabalhadores secundários nas famílias rurais trabalharem na construção ou em outra atividade não-agrícola. Isso poderia ser importante, por exemplo, quando o acesso à terra é decrescente, ou onde a escolaridade está aumentando. Por outro lado, as definições usuais de participação na força de trabalho — na qual múltiplas e superpostas formas de atividade são a regra e onde muita atividade é dirigida à produção para autoconsumo — pode levar a largos vieses nas estimativas de volume de emprego. No contexto das famílias rurais no Brasil, definições-padrão requerem distribuições estatísticas altamente arbitrárias e as estimativas resultantes são especialmente sensíveis a mudanças em definições e métodos. Deste modo, a taxa de crescimento do emprego total na agricultura obtida de uma comparação entre o censo de 1960 e os dados do levantamento de 1976 — 1,3% ao ano — é muito maior do que a dos chefes de família na agricultura, mas a diferença é largamente atribuível ao tratamento diferenciado da atividade feminina. Assim, a diferença surge somente entre censos e levantamentos: entre 1960 e 1970 os dados do censo registram uma taxa de crescimento do emprego total na agricultura de apenas 0,5% ao ano, ao passo que uma comparação entre o censo de 1970 e o levantamento de 1976 revela um crescimento de 2,5% ao ano. Se mulheres e trabalhadores não-assalariados são excluídos, o crescimento do emprego total na agricultura entre 1960 e 1976 é de somente 0,7 — similar ao dos chefes de família.

Um aspecto de mudança no emprego com implicações negativas para a renda é uma aparente redução no acesso à terra e aumentos paralelos na dependência dos salários e na urbanização da força de trabalho agrícola. Numerosos estudos chamam a atenção para a existência de tais tendências.¹⁷ Alguns dados para o estado de São Paulo mostram um aumento na categoria de *volantes* (trabalhadores diários temporários) de aproximadamente 17% em 1964 para 26% do total de emprego agrícola em 1975,¹⁸ porém este fenômeno é particularmente pronunciado em São Paulo. Não há estimativas disponíveis para todo Brasil.

Modificações na proporção de famílias agrícolas sem terra são difíceis de estimar. A principal aproximação para o número de trabalhadores rurais não proprietários é a categoria de trabalhadores assalariados agrícolas. Na prática há uma enorme sobreposição entre trabalho na própria terra e trabalho assalariado. A frequência e a variedade de arranjos de parceria aumenta a dificuldade de classificação.

Uma aproximação para o número de famílias sem terra é o número de homens com 24 anos de idade e classificados como assalariados. Estes cresceram muito pouco entre 1960 e 1970 — de 23,5% para 26% de todas as famílias agrícola-

¹⁷ Por exemplo, *O trabalho volante na agricultura paulista*. Ministério do Trabalho, Secretaria de Emprego e Salário, Convênio Sine/Semo, 1978. Este foi um dos estudos a nível estadual de uma série. Geralmente a literatura se refere a bóia-fria ou volante, termos aplicados a trabalhadores assalariados temporários.

¹⁸ Dados do Instituto de Economia Agrícola, Secretaria de Agricultura, Estado de São Paulo.

las — embora tenha sido durante este período, seguindo-se à extensão da legislação trabalhista às áreas rurais em 1963, que a maior parte do crescimento ocorreu.¹⁹ Números para os anos após 1970 não são comparáveis devido ao tratamento diferente dispensado aos parceiros, que em 1960 e 1970 foram listados separadamente, mas em 1976 foram colocados entre as categorias de empregados e independentes de acordo com a natureza de sua relação com o proprietário de terra. Em 1976 a proporção de pessoas na agricultura definidas como empregados foi 37% — um aumento substancial em relação aos números de 1970, 26% — mas o componente que define a modificação é desconhecido.

Esta revisão das evidências estatísticas no que se refere a diferenciais de salário, modificações na estrutura do emprego e nas tendências dos salários encontrou provas muito difundidas do crescimento da renda resultante de deslocamentos para melhores empregos e de rendimentos crescentes dentro das categorias de emprego. Os dados são mais importantes quanto a mudanças dos componentes do crescimento da renda do que nas taxas de salário. Mudanças de emprego contribuíram claramente para o crescimento da renda em muitos níveis, inclusive o mais pobre. As tendências dos salários também apóiam a hipótese sugerida por outros dados revistos anteriormente, que o crescimento da renda entre os grupos mais pobres acelerou-se depois de 1970. Uma desagregação estatística apropriada das fontes de crescimento da renda talvez encontrasse que a mobilidade e a mudança no emprego contribuíram mais para o crescimento da renda durante a década intercensitária do que os salários crescentes. No entanto, a contribuição independente dos aumentos nos salários para o crescimento da renda aumentou depois de 1970.

4.4 Indicadores sociais

A tendência dos indicadores sociais é consistente com o quadro de aumento constante do bem-estar social nos estratos de renda. A tabela 7 mostra as alterações ocorridas entre 1960 e final dos anos 70.

4.5 Propriedade de bens pelas famílias

O Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento em que as séries estatísticas temporais são disponíveis no que diz respeito à penetração de bens de consumo duráveis. A tendência destes indicadores fornece evidência que corrobora a hipótese de que o crescimento econômico beneficiou de forma crescente mesmo os estratos mais baixos da população. A tabela 8 mostra o grau de penetração dos

¹⁹ O Estatuto do Trabalhador Rural. No entanto, modificações nas safras agrícolas e mudanças tecnológicas podem ser as explicações principais para o crescimento observado no trabalho assalariado temporário em muitas regiões.

Tabela 7

Indicadores sociais

	1960	Finais de 1970
Taxa estimada de natalidade (em 1.000)	42,5	29,4
Taxa estimada de mortalidade (em 1.000)	12,9	8,7
Crianças (idade 1-4)		
Taxa de mortalidade (em 1.000)	17,3	8,3
Acesso a água potável (% da população)	56,3	77,1
Urbana	77,7	88,8
Rural	29,0	56,8
População por médico	2.561	1.700

Fonte: Indicadores Sociais do Banco Mundial.

refrigeradores, aparelhos de televisão, acesso a fontes geradoras de eletricidade e posse de rádios de 1960 a 1980. O progresso vem atingindo não apenas o Brasil como um todo mas também o Nordeste, a região mais pobre.

Tabela 8

Proporção de propriedade de eletrodomésticos

	1960	1970	1972	1974/75	1976	1980
Brasil						
Refrigerador	12	26	31	36	42	50
Televisão	5	24	32	39	47	54
Luz elétrica	39	48	ND	ND	63	67
Rádio	35	59	73	69	76	76
Nordeste						
Refrigerador	3	9	11	13	17	24
Televisão	0,3	8	10	13	18	27
Luz elétrica	16	23	ND	ND	34	42
Rádio	12	35	45	51	59	62

Fontes: Censos de 1960 e 1970; PNAD 1972 e 1976; Endef; tabulações preliminares do Censo de 1980.

ND = não-disponível.

5. Distribuição

Enquanto que a base estatística para medir o grau de desigualdade é razoável no Brasil, os levantamentos e os censos dos quais são retiradas estas informações sofrem de diferenças na extensão que invalidam as comparações no tempo.

5.1 O grau de desigualdade

Há poucas dúvidas a respeito de que a distribuição de renda no Brasil é bastante desigual. A tabela 9 mostra as estimativas de participação na distribuição de renda das famílias dos 40% mais pobres bem como dos 10% mais ricos. “Nossa estimativa” é o ponto médio da classe em cada ano e deve ser lida apenas como uma ordem de magnitude.

Tabela 9

Participação estimada das rendas das famílias (percentual da renda total das famílias)

Fonte	40% mais pobres	10% mais ricos
1. 1960 Censo	9,4	44,5
2. Ajustamento Fishlow-Meesook	11,5	41,0
3. Nossa estimativa	9,8	50,0
(Classe)	(8,0–11,5)	(41,0–59,0)
4. 1970 Censo	8,1	46,2
5. Nossa estimativa	8,4	51,5
(Classe)	(6,8–9,9)	(43,0–60,0)
6. 1972 PNAD: apenas renda monetária	7,4	50,5
7. Nossa estimativa	8,9	53,6
(Classe)	(8,5–9,3)	(51,4–55,8)
8. 1974/75 Endef: consumo e poupança	9,4	46,0
9. Nossa estimativa	8,5	51,9
(Classe)	(7,6–9,4)	(46,0–57,7)
10. 1976 PNAD	7,5	ND
11. Nossa estimativa	7,8	ND
(Classe)	(6,8–8,8)	

ND = não-disponível

Linha 1. Fishlow, Albert & Meesook, Astra. *Technical appendix, Brazilian size distribution of income, 1960*. May 1972. p. 54, tabela B.5.1. Baseado num levantamento de 1.400 exemplos do censo, excluindo as regiões Norte e Centro-Oeste (aproximadamente 7% da população). Principalmente renda monetária, incluindo transferências. Os dados originais já foram agrupados pelo tamanho das classes, portanto as partes dos 40 mais pobres e 10 mais ricos são

sensíveis às rendas médias presumidas para o tamanho das classes mais baixa e mais alta sem limite superior. Fishlow & Meesook utilizam um ajustamento de Pareto para estimar a média para o tamanho da classe alta sem limite superior (+ Cr\$ 50,00) para *recebedores individuais*. A estimativa deles é Cr\$ 108,70 (pouco superior a Cr\$ 87,90 de Langoni). Depois de combinar indivíduos em famílias, no entanto, a média resultante para a classe sem limite superior caiu para Cr\$ 88,30 (implícito na tabela B.5.1, p. 54. op. cit.). Esta estimativa parece baixa se comparada com a relação entre renda média familiar da classe sem limite superior e o limite de classe, no Endef e PNAD de 1972, ambos dos quais publicam as médias atuais na classe sem limite superior. E a ambos os levantamentos a proporção é em termos de 2,1 *versus* 1,75 ($87,6 \div 50,0$) de Fishlow & Meesook. Estas relações são mostradas na tabela 5 (p. 53). Se as partes de 1960 são reestimadas usando a proporção de 2,1, a parte de Fishlow & Meesook para a classe mais alta sobe em 3,6 pontos percentuais, de 41,0 para 44,6, e aquela para os 40 mais baixos cai de 11,5 para 11,0. As estimativas na linha 3 mudariam na mesma proporção.

Linha 2. Id. *ibid*. O principal ajustamento é a imputação do valor do consumo direto do produto pelas famílias agrícolas. A imputação é uma proporção decrescente da renda monetária e, em média, soma 39% ao total das rendas agrícolas. Outros ajustes são imputações para casas ocupadas pelos proprietários, assim como alimentos e alojamentos recebidos pelos empregados domésticos.

Linha 3. Obtido pela alocação da diferença entre a renda total do censo (depois da imputação da renda não monetária por Fishlow & Meesook) e a renda pessoal total das contas nacionais. Os limites de variação são resultantes de duas suposições extremas a respeito da alocação por: estimativas altas pressupõem *underreporting* igual e proporcional em cada percentil, estimativa baixa aloca a diferença total para o decil mais alto. "Nossa estimativa" é o ponto médio da classe.

Linha 4. Baseado no tamanho da distribuição em Langoni, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973. p. 26, tabela 1.2. Os números de Langoni excluem as famílias com renda zero (3,7% do total), porém nós as reincluimos para maior comparabilidade com 1960. A exclusão das famílias com renda zero aumenta a parte dos 40 mais baixos para 9,5%. Presumivelmente apenas a renda monetária é levantada, uma vez que o questionário do censo e os procedimentos de classificação não possuem instruções para a imputação de renda não monetária. Além disto a renda da classe mais alta é subestimada por uma limitação na classificação: todas as rendas acima de Cr\$ 9.997,00 foram consideradas como iguais a Cr\$ 9.998,00.

Linha 5. Inclui três ajustes: a) adição da renda não monetária usando a proporção Endef de não monetária para monetária por percentil; b) utilização de uma renda média estimada por Pareto para classes de renda sem limite superior, isto é, Cr\$ 4.251,00 em vez de Cr\$ 3.245,00 de Langoni; c) alocação de diferença entre a renda total do censo (depois dos ajustes a e b) e renda disponível das contas nacionais como na linha 3.

Linha 6. Da tabela 3.8 do PNAD-2, 1972 4º trimestre, todas as regiões, FIBGE, p. 54. Esta tabela mostra a *renda total* por classe de renda, eliminando o problema da classe superior sem limite. Inclui apenas o rendimento monetário. Um conceito mais amplo da renda (renda global), incluindo transferências e renda em espécie é usado na tabela 6.1, mas distribuída por indivíduos, não por famílias. A renda global é 34% maior que o rendimento monetário. A PNAD de 1972 exclui as regiões VI e VII (Distrito Federal e Norte). Apenas 0,1% de todas as famílias é classificado como tendo renda zero, sugerindo um elemento de incomparabilidade com os censos de 1960 e 1970.

Linha 7. Ajustado para renda não monetária e para a queda no levantamento da renda relativo às contas nacionais como na linha 3.

Linha 8. Baseado no Estudo Nacional de Despesa Familiar (Endef) quadro 7, para as regiões I-V (exclui Distrito Federal e Norte). Cobre as despesas correntes (incluindo impostos) *mais* as despesas de capital (principalmente aquisições de bens imóveis) *mais* aumentos nos ativos financeiros, incluindo os ganhos retidos, *mais* pagamentos de dívidas. No entanto, os itens financeiros não são de vendas líquidas de ativos ou de empréstimo e portanto exageram a poupança líquida.

Linha 9. Ajustado para uma renda corrente aproximada por uma pressuposição arbitrária de que a poupança líquida é 75% da poupança bruta em cada classe de renda, isto é, que a

venda dos ativos mais empréstimos chegam a 25% de poupança bruta em cada classe de renda como registrado pelo Endef. A despoupança real (empréstimo mais vendas de ativos) é provavelmente mais alta, porém o valor dos aumentos nas contas bancárias já é um valor líquido e nem toda despoupança precisa ser incluída – somente aquela que estará refletida nos cálculos de consumo do Endef. Uma vez que o consumo de bens duráveis do Endef e propriedade de imóveis é *subestimado* porque registra somente o valor dos pagamentos durante o ano e não o custo total, não há necessidade correspondente de reduzir o valor do débito do consumidor e hipoteca por estas aquisições. Também ajustado para quedas relativas às contas nacionais como na linha 3. Todas as referências do texto para a renda do Endef são baseadas nesta estimativa de renda referente aos consumos registrados e poupanças *mais* nosso ajustamento para baixo para a despoupança não registrada *mais* nosso ajustamento para cima para consumo e/ou poupanças não registradas.

Linha 10. Quadro 3 (p. 74) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1976 (PNAD). Exclui as áreas rurais da região VII (Norte) ou aproximadamente 1% da renda nacional de acordo com as contas nacionais da tabela XVIII. A parte dos 10% mais altos não pode ser estimada porque a classe sem limite superior é muito grande: contém 24% de todas as famílias. Inclui renda não monetária e as transferências. Apenas 10% das famílias registradas tinham renda zero. A renda da classe sem limite superior é derivada como um residual da renda total calculada da tabela 14 da PNAD de 1976. A tabela cobre todos os recebedores individuais e fornece um conjunto mais detalhado das categorias de renda no qual a classe sem limite superior abrange apenas 1,4% de todos os recebedores. A renda média para aquela classe é baseada numa função de Pareto adaptada para as últimas duas categorias de renda.

Linha 11. O mesmo ajustamento da linha 7.

5.2 Mudanças na distribuição ao longo tempo²⁰

Qualquer que seja o peso dado às estimativas da tabela 9, elas apóiam o ponto de vista de que a desigualdade provavelmente aumentou. A margem de erro nestes dados é muito grande e não há base para a tendência definitiva estimada.²¹ No entanto, deve ser observado que estas estimativas acarretam menos deterioração do que a que é normalmente alegada, e permitem um crescimento substancial nas rendas absolutas para os pobres.

Uma comparação para os números não ajustados na tabela 9 (linhas 1 e 6, ou 1 e 10) mostra algum aumento na desigualdade: entre 1960 e 1976 as pessoas pobres perdem 21% de sua parte em 1960 e os ricos ganham 13%. O ajuste, no entanto, é necessário porque parece haver um grande número de rendas não registradas nas fontes originais. Os dois ajustes principais que são requeridos têm efeitos compensatórios: uma imputação para a renda não monetária aumenta a parte das pessoas pobres, enquanto uma imputação para a renda monetária não registrada provavelmente aumenta a concentração. Apesar destas imputações serem em grande parte arbitrárias, ajustamentos explícitos são preferíveis aos pressupostos implícitos que estão envolvidos na utilização de números não ajustados: *qualquer comparação* requer fortes pressupostos referentes à extensão e à distribuição de renda não registrada. A finalidade da tabela 9 é a de expor o que consideramos ser o fato estatístico mais plausível fornecido pelos dados disponíveis.

²⁰ Ver tabela anexa.

²¹ Ver Pfeffermann & Webb. op. cit. p. 7-37.

5.3 A distribuição da educação

É evidente que a distribuição da educação é altamente desigual, mas há uma tendência em direção à equalização. A proporção sem escolaridade caiu de 51% em 1960 para aproximadamente 35% em 1980, apesar de o número absoluto de pessoas sem escolaridade ter realmente aumentado.

Para traduzir estes números em uma medida de igualdade na distribuição da educação é preciso primeiro fazer um julgamento subjetivo a respeito do valor do consumo em cada nível de escolaridade e então escolher alguma medida do valor produtivo de escolaridade também em cada nível. Como uma primeira aproximação, aplicamos o sistema mais simples de ponderação, que é o de autoponderação: cada série é ponderada de acordo com seu valor cardinal (por exemplo, zero para aqueles que nunca foram à escola, 8 para os que atingiram a 8ª série). Estes valores são aproximadamente paralelos aos diferenciais de renda mostrados na tabela 10, que devem ser considerados como uma variação máxima uma vez que eles não são usados para valores de consumo e não são uma rede de custos privados para frequência. Os coeficientes de Gini assim calculados para a população total são 0,69 em 1960, 0,65 em 1970 e 0,58 em 1976.²²

5.4 Distribuição da expectativa de vida

Outro conjunto de dados que testemunha a distribuição regional da renda e bem-estar consiste nas taxas de expectativa de vida. Estas taxas são, em alguma extensão, um indicador de desenvolvimento econômico. Mas a obtenção de uma expectativa mais longa de vida é obviamente um objetivo fundamental do próprio desenvolvimento. A tabela 11 analisa a tendência ao longo do tempo e a *distribuição da expectativa de vida* ao nascimento por região do Brasil em 1950 e 1970.

As regiões mais pobres em 1970 têm a mesma expectativa de vida que a média do país em 1950 (aproximadamente 44 anos). Por sua vez a expectativa de vida no Nordeste em 1950 era de apenas 34 anos. Portanto, há um intervalo de 10 anos entre a região mais pobre e a média assim como há um progresso de 10 anos entre a média nacional para 1950 e aquela para 1970.

Graduando as 10 regiões na tabela de acordo com a expectativa de vida de suas populações e ponderando a última pelo tamanho de cada população da região, chega-se à figura 1 que mostra a *distribuição* da expectativa de vida em 1950 e 1970. Se todas as pessoas tivessem tido a mesma (em média) expectativa de vida, a curva de distribuição seria uma linha vertical atingindo o índice 100. Inversamente, a desigualdade perfeita seria representada na figura por uma linha horizontal. Portanto, o movimento em direção à linha vertical, entre as duas observações reflete maior igualdade. Isto é de fato o que pode ser visto na figura 1.

²² Experiências com diferentes sistemas de ponderação mudaram o nível mas não a tendência no coeficiente de Gini.

Tabela 10

População de acordo com o nível de escolaridade¹ (pessoas com cinco anos de idade ou mais)

	Número (milhões)				Percentual				Percentual cumulativo		
	1960	1970	1976	1980	1960	1970	1976	1980	1960	1976	1980
Escolaridade informal	30,1	34,5	32,1	35,9	51,0	43,6	34,9	35,1	100	100	100
Primário: séries 1-3	16,6	22,1	24,2	ND	28,1	27,9	26,3	ND	49,0	65,0	ND
4-5	8,6	13,3	19,6	ND	14,6	16,8	21,3	ND	20,9	38,7	ND
Secundário	3,3	8,3	13,6	ND	5,6	10,5	14,8	ND	6,3	17,4	ND
Faculdade	0,4	0,9	2,4	3,2	0,7	1,1	2,6	3,2	0,7	2,6	3,2
Total	59,0	79,1	91,9	102,4							

Fontes: Censo de 1960, quadro 15. Censo de 1970, quadro 15. PNAD 1976, quadro 11. O nível superior é definido nos censos de 1960 e 1970 como séries 13-17, mas depois da reforma do sistema educacional em 1971, o nível superior é definido como séries 12-17.

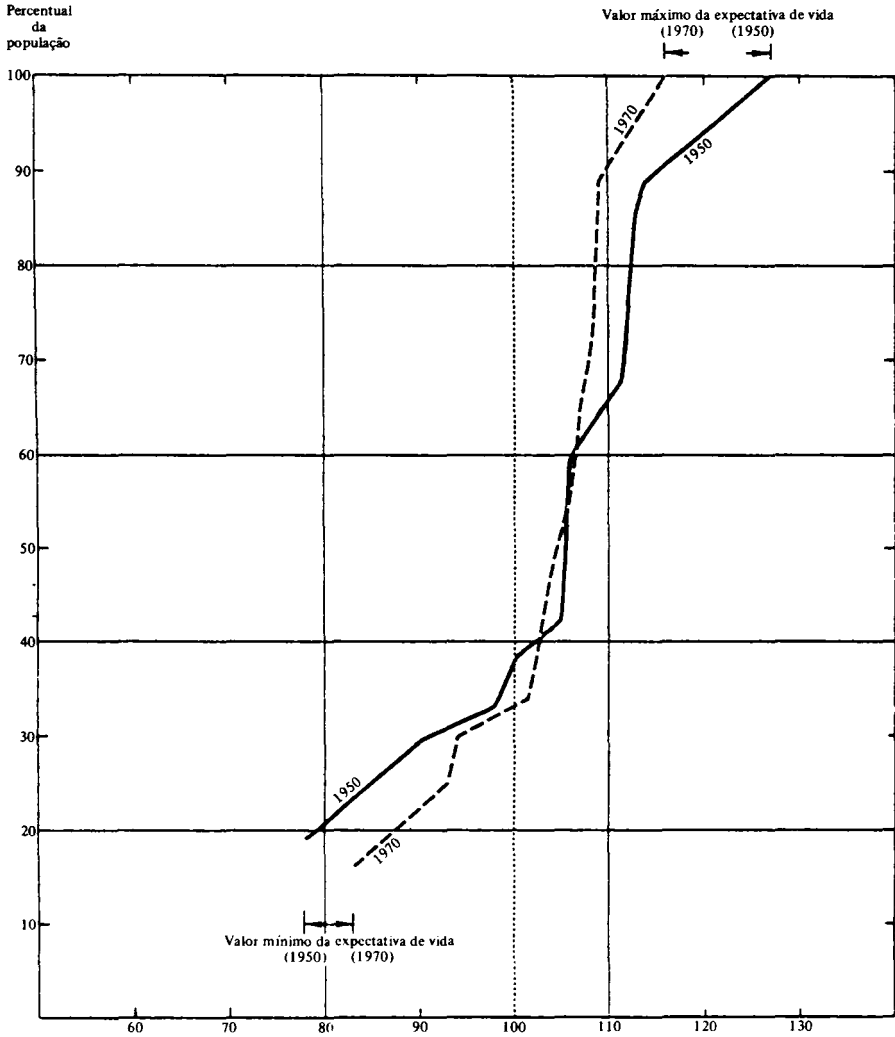
ND = não-disponível.

Obs.: Os números de 1976 excluem as áreas rurais da região VII (Norte) ou aproximadamente 3,7% do total da população. Os números de 1980 para pessoas sem escolaridade formal incluem aqueles com menos de um ano de escola.

Figura 1

Brasil

Percentuais de expectativa média de vida
(1950 e 1970)



Fonte: Banco Mundial.

Valor médio do
índice de expectativa de vida
(1950 = 43,5 anos
1970 = 53,4 anos)

Tabela 11

Expectativa de vida por região (1950, 1970)

Região	1950 População (1.000)	Expectativa de vida (anos)	1970 População (1.000)	Expectativa de vida (anos)
Amazônia	1.845	42,7	3.604	54,2
Norte	2.629	43,7	4.673	50,4
Nordeste	9.866	34,0	15.035	44,2
Bahia	5.479	39,2	8.394	49,7
Minas Gerais	8.739	46,1	13.087	55,4
Rio de Janeiro-Guanabara	4.675	48,7	8.995	57,0
São Paulo	9.134	49,4	17.781	58,2
Paraná	2.116	45,9	6.930	56,6
Sul	5.725	55,3	9.567	61,9
Centro-Oeste	1.737	49,8	5.073	57,5
Brasil	51.945	43,6	93.139	53,4

Fontes: Censo, em Merrick, Thomas W. Interregional differences in fertility in Brazil, 1950-1970. *Demography*, Aug. 1974; Magno de Carvalho, José Alberto & Wood, C. H. *Renda e concentração da mortalidade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.

Tabela anexa

Comparação de estimativas da renda e consumo pessoal anuais

(Em bilhões de Cr\$ correntes)

		Levantamento do censo ¹	Contas nacionais ²	(%) Discrepância
1. 1960	Censo	1,46	2,50	42
2.	(mais não monetário)	1,73	2,50	31
3. 1970	Censo	93,2	166	44
4. 1972	PNAD (fator de renda monetária)	164	290	43
5.	(mais renda não monetária e transferência)	221	290	24
6. 1974-75	Endef (consumo mais poupança)	483	600	20
7.	(Consumo)	395	480	18
8. 1976	PNAD	916	1.279	28

Fonte: Contas nacionais, revisão e atualização. jul. 1977. Esta publicação contém estimativas revistas para anos anteriores, incluindo em especial os anos de 1949 e 1959. A revisão implica um PNB mais alto em 1960 que as estimativas anteriores. Uma vez que a tabela VI não con-

tém uma estimativa para 1960. o valor de 1960 utilizado aqui é uma projeção de 1959 utilizando o deflator implícito do PIB e a taxa de crescimento real.

¹ Os cálculos de renda pessoal total dos levantamentos/censos foram ajustados: a) para incluir as regiões VI e VII (Distrito Federal e Norte) quando a cobertura estivesse incompleta, utilizando sua parte no PNL de acordo com a tabela XVIII das *Contas nacionais*; b) para representar o ano-calendário, usando o índice de custo de vida e a tendência de crescimento real durante o ano: as PNAD foram no 4º semestre; Censo em agosto (1960) e setembro (1970), Endef foi em agosto de 1974 – agosto de 1975 mas todos os valores estão expressos a preços de agosto de 1974; c) para deduzir as transferências do setor intrafamiliar, estimado em 5% do total da renda familiar em todos os levantamentos, e 3% nos censos (uma vez que menos transferência de renda é registrada nos censos). Os valores são aproximações baseadas na PNAD de 1972 de 12% para toda renda de transferência, menos transferências do seguro social da *Sinopse estatística do Brasil 1977*, p. 511-8.

² A renda pessoal das contas nacionais estimada aqui como igual à renda nacional *mais* transferências e subsídios *menos* os ganhos retidos assumidos como igual a 10% da renda nacional. Estimativas de ganhos retidos de empresas não são publicadas, mas as contas nacionais fornecem um teto para o valor da poupança do setor privado *menos* a depreciação, se assume uma poupança positiva para o setor família. O último pressuposto é fortemente confirmado pelo Endef, que diminui as poupanças familiares para 16% da renda total (*depois* de ajustamentos para baixo para despoupança não registrada explicada na tabela 1, linha 9). A poupança do setor privado menos a depreciação como uma proporção da renda nacional foi 6,2% em 1959, 8,3% em 1970, 9,7% em 1972, 11,5% em 1974 e 6,5% em 1976. Estes valores implicam ganhos retidos bem abaixo de 10%, mas são sujeitos a grande erro. Valores para outras partes menos desenvolvidas, 5 e 10%. Então os 10% usados aqui são, provavelmente, um limite superior para os anos 70 e muito alto para 1960, dado o rápido crescimento para o setor de empresas.

Linha 1. Fishlow & Meesook. *Technical appendix*, p. 54. O mês de referência do censo para a renda foi agosto, porém se agosto não tivesse sido um mês típico, uma média mensal para o total dos meses anteriores seria solicitada. Parece provável que a maioria informou receitas correntes.

Linha 2. Mesma fonte que a linha 1. Inclui a renda não monetária estimada (aluguel imputado, pagamentos em espécie de domésticas e autoconsumo da produção agrícola). A reconciliação original de Fishlow & Meesook com as contas nacionais obteve uma discrepância máxima de 10%. A comparação deles é com uma estimativa anterior da renda pessoal publicada na *Revista Brasileira de Economia*. O valor para a renda disponível utilizado aqui é baseado numa recente revisão das *Contas nacionais* (op. cit.) que reviu o PNL de 1959 para cima em 28%. Cerca de metade do aumento é devido à revisão do valor adicional na manufatura e comércio. Os censos econômicos de 1960, que fornecem as referências para o valor adicionado nestes setores, parecem ter classificado diversos componentes de valor adicionado como formas de compras intermediárias sob o item “outras despesas de consumo”. Isto se tornou aparente por uma comparação das proporções *input-output* nos censos de 1950 e 1960 e nos levantamentos anuais de 1966 e 1970 dos estabelecimentos por DEICOM/FIBGE. Portanto, a proporção de valor adicionado por produto total na manufatura varia entre 39 e 40% em todos estes anos com exceção de 1960, quando foi informado como apenas 30%. As discrepâncias de 1960 mostradas aqui são provavelmente estimativas mínimas.

Linha 3. Langoni. op. cit. p. 64. A renda média de Langoni foi, no entanto, ajustada para cima por reestimação da renda média mais alta sem limite superior com uma adaptação de Pareto para corrigir a renda teto Cr\$ 9.998,00 imposta a seus dados.

Linha 4. Tabela 3.7, PNAD-2, 1972, FIBGE. Definido como remuneração monetária, incluindo aluguéis em dinheiro e outras rendas de propriedade.

Linha 5. Tabela 6.1, PNAD-2, 1972. Definido como “renda global”, inclui remuneração não monetária e transferência de renda do governo (pensões, pagamentos a inválidos), do setor de empresas (pagamentos de seguro, pensões) e de outras famílias (bolsas para estudantes, doações, etc.). A remuneração não-monetária é 11,3% e transferências 13,3% da “renda global”. A renda rural não monetária, no entanto, parece ser subestimada. Infelizmente, esta tabela é uma distribuição por *recebedores individuais*; não há tabela que distribua a “renda

global” por classes de renda de famílias. Portanto, a cobertura ampla e relativamente alta obtida pela PNAD de 1972 não está disponível para comparação com distribuições de famílias em outros anos.

Linha 6. *Estudo Nacional de Despesa Familiar 1974-75*. FIBGE, tabela 7. Corresponde às nossas *estimativas* de renda familiar baseada na despesa de consumo informada e poupança *mais* ajustamento para despoupança não informada.

Linha 7. *Estudo Nacional de Despesa Familiar 1974-75*. FIBGE, tabela 7. Consumo igual a despesas correntes mais compras de veículos classificados sob aumento de ativos.

Linha 8. PNAD, FIBGE, tabela 14. Adaptação de Pareto em duas categorias de renda superiores usada para estimar a renda média da classe sem limite superior, que serve a 1,4% dos recebedores. Inclui o valor imputado da renda em espécie, renda de propriedade e transferências.

Em parte talvez devido à migração de áreas pobres para áreas mais afluentes e à assimilação gradual dos migrantes com a população residente, não apenas aumentou a expectativa de vida substancialmente, mas sua distribuição é mais equitativa em 1970 que em 1950. Além do mais, o progresso absoluto no ponto mais alto (61,9 menos 55,3 = 6,6 anos) é menor que aquele no ponto mais baixo (44,2 menos 34,0 = 10,2 anos), refletindo “retornos decrescentes” para esforços de extensão da vida enquanto a expectativa de vida e a renda aumentam.

Em conclusão, os dados da distribuição conduzem todos a um quadro de desvio. No entanto, eles não servem para comparação do grau de desvio no tempo. Não é possível tirar fortes conclusões sobre “progresso” ou “piora” de desigualdade a partir dos dados disponíveis.

Abstract

The article refutes the contention that Brazil's development has not benefited the poor and that rapid growth has had a polarizing effect on the distribution of income. It uses the National Household Expenditure Survey of 1974/75 to try to quantify the extent of poverty and concludes that the income levels of the poor have been underestimated in the past. The evidence suggests also that occupational and regional variables are powerful determinants of income stratification. Wage rate statistics convey information about long-term trends in income. The article notes considerable increases in rural wages during the 1970s as well as wage improvements in the urban informal sector. Shifts in the structure of employment have probably been the most powerful cause of economic improvement in Brazil. The enormous absorption of rural-urban migrants occurred without a flooding of the lower income urban categories. Social indicators and statistics referring to ownership of household durable consumer goods corroborate income and labor market evidence to the effect that there has been considerable progress for the poor during the 1970s. The article reviews statistical evidence bearing on distribution. There is little doubt that the distribution of income in Brazil is very skewed. It is not possible, however, to come to conclusions about changes that might have occurred in the degree of inequality over time. Finally, the article includes data on the “distribution of education” and the “distribution of life expectancy” and notes improvement over time in both.